



3 de novembro de 2014

AS MAIS RECENTES ALTERAÇÕES AO REGIME GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

A publicação, no passado dia 24 de outubro, do Decreto-Lei n.º 157/2014, veio introduzir um conjunto significativo de alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“**RGIC**”) sobretudo com origem na transposição para a ordem interna da Diretiva 2013/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 (a “**Diretiva dos Requisitos de Capital**” ou “**CRD IV**”) e do Regulamento (EU) 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo ao quadro regulamentar prudencial de **Basileia III**.

As alterações ao RGIC introduzidas por este diploma inscrevem-se no processo de criação de um conjunto único de regras europeias, aplicáveis a todas as instituições de crédito e empresas de investimento e incide sobre aspetos tão cruciais do sistema bancário como sejam o acesso à atividade, o modelo de supervisão e a regulação prudencial.

Neste âmbito, uma das principais novidades a destacar prende-se com a **restrição do conceito de “instituição de crédito” às entidades habilitadas a captar depósitos junto do público**. Nessa medida, procedeu-se à eliminação de tipologias de instituições de crédito sem acolhimento prático e à recondução das demais entidades à categoria de sociedades financeiras. Deste modo, se é certo que as entidades agora reclassificadas como sociedades financeiras¹ passam a beneficiar da redução de custos

¹ Como é o caso das sociedades financeiras de crédito; sociedades de investimento; sociedades de locação financeira; sociedades de *factoring* e sociedades de garantia mútua.

de contexto, visto deixarem de estar sujeitas a um amplo conjunto de requisitos prudenciais, perdem, em contrapartida, o direito de poder de auferir dos mecanismos próprios do passaporte comunitário.

Em matéria de **governança societária**, é patente um reforço das exigências qualitativas a cujo cumprimento os membros dos órgãos de administração e fiscalização das instituições de crédito passam a estar sujeitos, designadamente em matéria de idoneidade, qualificação, experiência profissional, independência e disponibilidade, em detrimento da manutenção das atuais práticas assentes na aferição quantitativa de cumprimento de um conjunto pré-determinado de requisitos.

Por outro lado, a **avaliação da adequação e idoneidade dos membros dos órgãos sociais** das instituições de crédito pelo Banco de Portugal passa a poder levar em linha de conta não apenas o historial do candidato no domínio profissional, como também no domínio da condução de negócios da sua esfera pessoal. Adicionalmente, a par da condenação em processos judiciais ou outros, o Banco de Portugal pode agora também considerar o mero envolvimento dos titulares de órgãos sociais em processos em curso da mesma natureza. Na sequência das orientações europeias da EBA, o Regulador passa, deste modo, a poder relevar eventuais acusações ou denúncias deduzidas contra as pessoas designadas, ainda que as mesmas não tenham ainda sido alvo de apreciação.

Por outro lado, em prol da **prossecução de políticas e práticas de remuneração consentâneas com uma gestão de riscos sã e prudente**, o RGIC passa a acolher todo o acervo regulatório vigente nesta matéria, mediante incorporação dos princípios e regras anteriormente vertidos no Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril (agora revogado) complementados por novas regras relativas à estrutura e composição da remuneração. Destaca-se, desde logo, a imposição de um limite para a componente variável da remuneração aplicável aos colaboradores cuja atividade tenha um impacto significativo no perfil de risco da instituição, a qual não poderá superar a totalidade da remuneração fixa. Prevê-se ainda que mais de metade da remuneração variável, para além de diferida, deve consistir em instrumentos financeiros emitidos pela própria instituição. É aqui uma vez mais manifesto o intuito de alinhamento dos colaboradores com o sucesso da própria instituição. Este tema virá ainda a sofrer desenvolvimentos, através de um futuro Aviso do Banco de Portugal.

Evidencia-se, por fim, uma **reformulação profunda do sistema sancionatório**, destinada a dotá-lo de maior adequação e eficiência. Tal resulta, nomeadamente, do alargamento do elenco de sanções

previstas; da agilização do processo contraordenacional; do reforço do poder de intervenção do Banco de Portugal; do alargamento do prazo de prescrição; da criação de uma nova causa de interrupção da prescrição; da previsão expressa de um regime de segredo de justiça; da introdução de limites mais rigorosos para a produção de prova testemunhal; da imposição de limites mais gravosos ao valor das coimas (podendo estas chegar até 10% do valor total do volume de negócios da instituição) e da cominação da recusa de cumprimento das determinações do Banco de Portugal com a pena prevista para o crime de desobediência qualificada.

Regra geral, as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 157/2014, de 24 outubro entrarão em vigor no prazo de 30 dias contados da sua publicação, existindo, no entanto, situações específicas de aplicação diferida.

Verónica Fernández

vf@servulo.com